

Macau e a Repartida da Latinidade



Goa e a Latinidade Submersa

Candido Mendes

ACADÉMIE DE LA LATINITÉ

TEXTES DE REFERENCE

Macau e a Repartida da Latinidade



Goa e a Latinidade Submersa

Candido Mendes

ACADÉMIE DE LA LATINITÉ

TEXTES DE REFERENCE

©Candido Mendes
Brésil, 2000

Macau e a Repartida da Latinidade

Quem viu certamente o último espetáculo cívico de 99 — a passagem de Macau à China — deparou cerimônia da mais impactante singeleza: o abaixar das bandeiras de Portugal e da sua colônia de 1557, a do enclave na foz do Rio das Pérolas, frente à subida dos pavilhões da China, das cinco estrelas douradas no fundo escarlate, e da província autônoma, que nascia à zero hora de 19 de dezembro de 1999. O cromatismo mantinha-se o mesmo: o verde e o vermelho português se desdobravam no pano todo rubro da República Popular e do verde de Macau. Enormes, os mastros arvoravam os pendões de farfalhar tenso, agitados não pelo vento marinho, mas pelos ventiladores embutidos no pique de emoção de uma virada de página tanto para a China de Jiang Zemin quanto para este Portugal tão enraizado hoje na continentalidade européia, a que trouxe a memória do Ocidente ultramarino. Nada de fóssil na velha possessão do Mar Amarelo, mas a cidade renovada que marca a extraordinária aposta de Lisboa no futuro, similar ao mesmo empenho da Hong Kong do ex-Governador Chris Patten.

Não foi cerimônia de melancolia ou de epitáfios, mas a festa chinesa do reencontro da identidade básica de uma população oriental maciça na convivência com famílias

lusas, por séculos a fio, a não sofrer do trauma das mudanças de soberania, como a dos europeus da Algéria ou do Quênia do meio século. Aí está, no Centro de Macau, a melhor cantaria portuguesa do “Leal Senado”, qual a dos nossos conventos quinhentistas, ao lado de uma eclética arquitetura religiosa do século XIX, a que não falta, inclusive, a efervescência de um seminário católico. Mas é a fachada, salva do desabamento, da extraordinária Igreja de São Paulo que fica como um símbolo absolutamente transparente nos seus vazados, seus dragões e mitologias estampados na pedra. Protagonizava o trânsito desimpedido de uma incorporação político-econômica, de par com os novos circuitos culturais, que farão de Macau o foco único da latinidade na China da virada do milênio e da especialíssima estratégia de convivência diferenciada com a globalização, proposta pelo governo de Jiang Zemin.

Recebendo a bandeira portuguesa dobrada, o Presidente Sampaio tornou bem clara a prospectiva prevista pela incorporação da antiga colônia à República de Pequim. Guardarão os seus habitantes a dupla cidadania durante cinquenta anos, absoluta liberdade de culto — na qual se marca uma presença acordada do catolicismo — e a garantia de preservação dos direitos humanos, fortalecida — pontuou-o tão bem o Presidente ao fim do discurso — pela autonomia da justiça na nova Região Administrativa Chinesa, capaz de sentenças terminais, independentemente de recursos a autoridades fora de seu território. E foi com o simbolismo da permanência de um recado lusitano que se marcou o derradeiro ato cultural na busca da

cenografia das diferenças para ficar, no estuário do Rio das Pérolas. Convocados todos, artistas portugueses e da península avançavam, ao fim do espetáculo, na abertura de par em par da enorme parede de fundo do anfiteatro, ao mesmo tempo que vinham abaixo as “portas do cerco”: grades, fossos, guaritas, paredões, que mantiveram, pelas décadas do após-guerra da China de Mao Zedong, o impulso dessa integração final, agora realizada por Jiang Zemin.

A primeira manhã chinesa viu todos os táxis de Macau cortando o ar com a bandeira de Pequim. Mas a marca da posse era a da festa interminável, como a da dança do dragão, dos mil pés dos cidadãos escondidos na geringonça de papelão, enovelando as esquinas e, sobretudo, antecedendo-se aos símbolos mais pesados ou óbvios da transferência de poder. Não mais de 700 militares, entretanto, cruzaram a fronteira, com modestíssimos carros de combate, renunciando a todo estardalhaço e como que se esgueirando entre as flores da população, sem polícias formidandas, nem cordões de isolamento.

Portugal deixou, nesta última década, na sua antiga colônia, uma estrutura urbana de edifícios monumentais, prédios inteligentes na capital como em Taipa, aeroporto, pontes e viadutos, a liberar a comunicação com o exterior do antigo *ferryboat* obrigatório, vindo de Hong Kong. Ho, o administrador da nova unidade política, não deixou dúvida, no seu discurso de posse, da hiperdependência do jogo que Macau ainda mantém para a sua prosperidade. Mas nada tem o futuro com a criação de uma enorme Las Vegas para a China. Os chamados novos territórios indus-

triais da zona de Cantão vão ampliar a sua malha de desenvolvimento para a península e o porto com funções complementares às grandes instalações de Hong Kong. Pois é na riqueza da sustentação do contraponto entre as duas cidades da herança europeia que Jiang Zemin quer assegurar a máxima diversificação desse escoadouro, a cerca de 100 km da capital meridional da China e hoje da vitrina de experiência de consórcio com o investimento internacional. A palavra de ordem parece ser a dessa multiconfluência em que Cantão quer ser para a latinidade o que Hong Kong prefigura na permanência do cosmopolitismo anglo-saxão. E, a propósito, nenhum outro país da nossa matriz latina prestigiou tão profundamente a cerimônia de 19 de dezembro quanto o Brasil, levando nosso Vice-Presidente, Marco Maciel, a ampla conversa de Estado com Jiang Zemin. A entrega de Macau e Hong Kong acabou por se transformar num empenho de criatividade conjunta de ingleses, portugueses e chineses para evitar, na devolução desses territórios, o fechamento melancólico de uma história clássica de colonizações. O que vemos aí, sim, é a alteração radical de um desfecho, por exaustão, de confrontos entre distintas culturas. Ficaram vitrinas da linha de ponta do dito progresso ocidental, podendo ser absorvido e observado *in natura* e à margem de qualquer mitificação dos seus contrastes.

Os mais de bilhão de habitantes chineses diluem no seu próprio território, graças às duas máquinas do melhor engenho metropolitano europeu, qualquer choque nesse processo de aculturação, ameaçado pelas vertigens das

globalizações ou pelo isolamento radical de quem se mantivesse à margem de sua onda. Macau e Hong Kong vacinam a China, tal como a potência asiática aceitou a entrada na Organização Mundial do Comércio, já tendo em casa todas as receitas aviadas para crescer na diferença e na autonomia. A repartida agora de Macau é a de se passar de uma permanência lusitana à irradiação, toda, de um foco de latinidade para o subcontinente. Nem é outra a tarefa que o Presidente da China conferiu a Gary Ngai, Presidente da Fundação Sino-Latina, que, desde a sua fundação, insiste em reforçar os laços com a Europa mediterrânea, de par com o nosso hemisfério americano. Propõe-se não só a difusão simultânea de todas as nossas línguas, mas o conhecimento do nosso direito e da nossa experiência com a pequena e média empresas, no que Macau deverá se transformar, nas expressas palavras de Ngai, em facilitadora das transações comerciais com essa área mundial. E para tal prevê novas tecnologias da tradução e irradiação do chinês, maior avanço da informática e estudos comparativos das nossas muitas culturas latinas, irradiáveis sobre o primeiro tronco lusitano.

A dança do dragão em Macau, em 19 de dezembro, só ensaiou seus primeiros passos nessa trilha onde países gigantes como a China e o Brasil descerram todo um novo horizonte, preparado com antecipação de minúcias pela Fundação Sino-Latina. E, nesse caminho hoje reverso ao das caravelas de há 500 anos, ambas as culturas se podem realmente descobrir, no mundo de depois do Gama e dessa globalização, tão para além da Taprobana.

Goa e a Latinidade Submersa

As recentes cerimônias de entrega de Macau pelo governo português a Pequim, a tranqüilidade da transmissão de poder, no sentido da irrevogabilidade pacífica do gesto, marcaram, ao mesmo tempo, o pluralismo maior com que a China quer também ser, hoje, uma pátria de culturas. É significativo o contraponto com o que, na Índia de agora, os enclaves Ocidentais — e, acima de tudo, Goa — suscitam: já todo um novo reenfoque do passado, a partir dessa ampla política da pós-colonização.

Chegar à velha Goa é dar-se conta, ao mesmo tempo, da tradição combatente da cidade, rememorada no cinqüentenário da independência hindu, a que se integram os liberadores do território. No próprio processo de afirmação nacional do subcontinente, feito mais de separações que da herança integral do *raj* britânico, o enclave incorporava-se como presa à nova soberania, de onde refluí cada vez mais na recuperação de sua individualidade. Talvez, por essas mesmas condições, não se encontre um resíduo português cidadão na velha Goa, ou no traçado da geografia urbana, que, já no quinhentismo, marcara toda a força de uma arquitetura Ocidental, na esteira das conquistas de Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque.

Esquecemo-nos, às vezes, de que a Goa de 1502 era cidade do porte de Lisboa. E que a sua catedral, intacta, só perderia para a de São Pedro no Vaticano nas proporções monumentais, no espaço sagrado que ouviu as primeiras prédicas de São Francisco Xavier. O que resta hoje é um punhado de igrejas e basílicas do esplendor português do século XVI e do barroco, que guarda na Ásia a marca, inclusive, da floração manuelina, desposando o melhor estilo jesuítico. A Basílica do Bom Jesus é a réplica do “Gesú” de Roma e a Sé de Goa se erige com a mesma matriz dos retábulos gigantes, da efusão do ouro contra a cal, marcando essa contemporaneidade universal dos padrões lusitanos: esferas armilares, quinas e besantes das armas dos barões assinalados. Mas é uma velha Goa, monumento da humanidade, a que deparamos preservada entre os jardins manicurados e o gramado mudo, separando as Igrejas e os arcos interrompidos — como nos museus, vigilantemente guardados. Mas nem mesmo esses pontos cardeais podem orientar o que foram o tamanho e a força da velha possessão, absorvida pela força da população hindu, se não pela efusão tropical, que deixa toda a região como um símile da nossa Olinda, seus pântanos e seus caranguejos, seus mangues e suas folhas duras. Nada tem a ver a nova Panjin e as muitas áreas de febril construção atual com a evocação do passado íntegro — de onde se levanta o “Leal Senado”, no Centro de Macau.

Não há tanto a falar em tecido urbano da nova Goa, que se esquina e esconde entre tantos burgos e vilarejos, ligados por viadutos e pontes monumentais, das maiores

obras viárias e urbanas da nova Índia, criando, inclusive, todas as condições para a única reserva turística do subcontinente, na costa de Malabar. O Forte da Aguada, com os seus torreões vermelhos, forçando o remanso das praias, recebe, *charters* sobre *charters*, suecos, suíços e alemães, numa arribada internacional inteiramente excêntrica a Nova Dehli.

Sorveu-se historicamente a cidade, mas fica em torno do culto a São Francisco Xavier uma das manifestações fundamentais — do porte, por exemplo, do nosso Círio de Nazaré — das comunidades religiosas cristãs da Índia, que acorrem à visitaçãõ direta do corpo do santo jesuíta a cada quatro anos. Pode-se ver, de esguelha, o prodígio do corpo intacto na capela esplendorosa do Bom Jesus, nos cristais da urna construída pelos melhores artesãos de Cósimo de Médici. Trocou o Príncipe o escrínio preciosíssimo contra a relíquia do travesseiro da última agonia do santo, morto às portas de Catai, para tentar na China outra investida, depois do insucesso no Japão e da enorme acolhida inicial de Goa, que cobrou os seus restos. Intacto, ali está o despojo do santo e, ao seu lado, em relicário análogo, o dedo que se desprende do corpo em fins do século passado. É a força dessa presença que vai emular na Índia, hoje aberta a todas as revisões que a força da sua soberania evoca, a análise crítica de um passado. Este se enriqueceu dos aportes sucessivos em que a última grande conquista muçulmana dos Mughal — construtores do Taj Mahal e do Forte Vermelho em Dehli — já tinha à sua frente esse Vaticano renascentista, criado pelos portugueses em Goa, inclusive com a colaboração dos mestres da escola de Ghiberti e de Santa Maria dei Fiore.

Goa dispõe, ainda, na sua universidade ágil — e aberta a toda sintonia com as exigências econômicas, sociais e ambientais da província —, desse programa de amplo revisionismo do mau estereótipo, com que o passado português se incorporou à crônica do subcontinente, o das invasões múltiplas e da diversidade de epitáfios com que lacraram o tempo de glórias como de massacres. Um enorme quadro de Salazar ali está, no Museu da Igreja de São Francisco, marcando um momento difícil de uma história interrompida. Mário Soares, na sua visita a Goa, abriu todos os caminhos para esse largo revisionismo de todos os aportes que, entre *razzias* e monumentos únicos, inserem Goa na mesma malha dos feitos arquitetônicos dos Chandelas ou dos Mughal, frente ao mundo das globalizações, dos seus simulacros e da desfiguração continuada de sua memória.

Essa Índia, hoje, é cada vez mais o reservatório da grande diferença no século que se abre, dando conta, em exemplo como o da Universidade de Goa e seus esplêndidos leitorados providos pelo Itamarati, de mandato que não é só nosso, mas da própria latinidade. E temas hoje objeto de monografias de seus cursos — como a revolta de Chiapas, ou a teologia da libertação no Brasil, ou as imigrações hindus para a América Latina — são o indício dessa superação do trauma antigo das obliterações ou dos esquecimentos. Vão ao plantio de um verdadeiro horizonte para vermos nessa latinidade asiática, que não quer perder um ceutil das suas diferenças, a construção não de um passado, mas de uma vigorosa prospectiva.